

Acta n.º 32

No dia 31 de Maio de 2013, pelas 17 horas, reuniu em Lisboa, no Hotel Ritz, a Assembleia Geral Anual da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. [...] [...]

Verificou também o Senhor Presidente [...] que se encontravam presentes ou representados accionistas titulares de 78.875.643 acções, correspondentes a 204.806 votos e a 66,656% do capital social da sociedade [...]

[...]

Estando a assembleia regularmente convocada e em condições de deliberar validamente, o Senhor Presidente da Mesa iniciou a sessão, [...]

[...]

Como ninguém mais pretendesse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu à votação o relatório de gestão, o balanço, as contas do exercício e os demais documentos de prestação de contas individuais, e de forma independente os documentos de consolidação de contas relativos ao mesmo período.

Os documentos respeitantes ao primeiro ponto da ordem de trabalhos foram então aprovados por 204.759 votos favoráveis, correspondentes a 99,98% do capital presente ou representado, com a abstenção de um accionista titular de acções correspondentes a 47 votos e a 0,02% do capital social presente ou representado, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão.

[...]

De seguida, os documentos respeitantes ao segundo ponto da ordem de trabalhos foram igualmente aprovados com um resultado da votação idêntico ao do primeiro ponto da ordem de trabalhos.

Passou-se ao terceiro ponto da ordem de trabalhos tendo a mesa lido a única proposta existente da responsabilidade do Conselho de Administração, que se transcreve, e tendo, de seguida, declarado aberta a discussão relativa a este ponto da ordem de trabalhos:

*“Considerando que o resultado líquido do exercício individual da Sociedade, apurado segundo o normativo SNC, perfaz o montante negativo de 109.655.322,20 euros (cento e nove milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e dois euros e vinte cêntimos), propõe-se que o mesmo seja aplicado integralmente em resultados transitados.”*

Ninguém desejando usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi aprovada por unanimidade dos votos dos accionistas presentes ou representados, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão.

Entrou-se, de seguida, no quarto ponto da ordem de trabalhos relativo à distribuição parcial de reservas livres, tendo sido lida pela mesa a única proposta existente também da responsabilidade do Conselho de Administração, que se transcreve, e tendo declarado aberta a discussão relativa a este ponto da ordem de trabalhos:

*“Considerando que,*

- a) A Sociedade tem seguido, consistentemente, uma política de distribuição de dividendos aos seus accionistas;*
- b) Não obstante o resultado negativo do exercício individual, a Sociedade obteve, de acordo com o normativo IFRS, um resultado líquido consolidado positivo de 126, 5 milhões de euros;*
- c) A Sociedade dispõe de um valor total de reservas livres de 931.505.690 euros (novecentos e trinta e um milhões, quinhentos e cinco mil, seiscentos e noventa euros);*
- d) É admissível a distribuição de parte dessas reservas, sem que o capital próprio da Sociedade, tal como resulta do balanço anual, fique inferior à soma do capital social e das reservas cuja distribuição aos accionistas não é legal nem estatutariamente permitida;*
- e) A distribuição parcial de reservas livres pela Sociedade proposta é compatível com a sua estrutura financeira.*

*Propõe-se que sejam distribuídas reservas livres no montante de 28.785.539,85 euros (vinte e oito milhões e setecentos e oitenta e cinco mil e quinhentos e trinta e nove euros e oitenta e cinco cêntimos), correspondente a 25,5 cêntimos por acção.”*

E como ninguém quisesse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi igualmente aprovada por unanimidade dos votos dos accionistas presentes ou representados, tendo-se mantido

inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão.

Seguidamente, entrou-se no quinto ponto da ordem de trabalhos relativo à apreciação da administração e fiscalização, tendo o Senhor Presidente da Mesa aberto a discussão com a leitura da única proposta existente, apresentada pela accionista Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A., que se transcreve:

*“Considerando a actuação dos Órgãos de Administração e Fiscalização da sociedade durante o exercício findo, propõe-se que, nos termos dos artigos 376.º n.º 1, alínea c) e 455.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, a assembleia manifeste o seu apreço pela acção desenvolvida pelos referidos órgãos, aprovando um voto de confiança nos mesmos bem como nos respectivos membros.”*

E como ninguém quisesse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi aprovada por 204.737 votos favoráveis, correspondentes a 99,97% do capital presente ou representado, com a abstenção de accionistas titulares de acções correspondentes a 69 votos e a 0,03% do capital social presente ou representado, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão.

[...]

Passou-se, de seguida, ao sexto ponto da ordem de trabalhos, respeitante à apreciação da declaração relativa à política de remuneração dos órgãos sociais, tendo o Senhor Presidente da Mesa referido a existência de uma única proposta, apresentada pela Comissão de Remunerações da sociedade [...].

E como nenhum dos presentes desejasse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi aprovada por 185.895 votos favoráveis, correspondentes a 90,77% do capital presente ou representado, com 18.600 votos contra, correspondentes a 9,08% do capital presente ou representado, e com a abstenção de accionistas titulares de acções correspondentes a 311 votos e a 0,15% do capital presente ou representado, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão.

[...]

Seguidamente, entrou-se no sétimo e último ponto da ordem de trabalhos, relativo à aquisição e alienação de acções e obrigações próprias, tendo o Senhor Presidente lido a

única proposta existente na mesa, da responsabilidade do Conselho de Administração, cujo teor se transcreve, e aberto de seguida a discussão:

*“Considerando as vantagens que podem advir para a sociedade da aquisição e alienação quer de acções quer de obrigações próprias, propõe-se que, nos termos do disposto nos artigos 319.º, 320.º e 354.º do Código das Sociedades Comerciais, se autorize o Conselho de Administração da sociedade, em prazo não superior a 18 meses a contar da deliberação que recair sobre a presente proposta, adquirir e alienar acções e obrigações próprias desde que tais operações sejam efectuadas em bolsa ao respectivo valor de cotação, sem que o número máximo de acções a adquirir ou alienar seja superior a 10% da quantidade total de acções da sociedade, podendo no entanto, no caso das obrigações, ser adquiridos e alienados todos os títulos que tiverem sido emitidos pela sociedade. Mais se propõe que, se necessário nos termos da legislação e regulamentação aplicável, sejam fixados pelo Conselho de Administração os demais requisitos que as transacções devem observar.”*

Como ninguém quisesse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi aprovada por unanimidade dos votos dos accionistas presentes ou representados, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão.

Nada mais havendo a tratar e ninguém mais pretendendo usar da palavra, foi a reunião encerrada pelas 18 e 30 minutos horas, dela se lavrando esta acta que segue devidamente assinada pelos membros da mesa e pelo secretário da sociedade.